

NOVAS CONFIGURAÇÕES DA ESFERA PÚBLICA, DIVERSIDADE ETNICORRACIAL E JORNALISMO

[DOSSIÊ]

Dennis de Oliveira
Universidade de São Paulo

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este ensaio é produto da aula de erudição apresentada no concurso para professor titular da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) em outubro de 2024. Ele trata das relações entre racismo na perspectiva estrutural, do papel do jornalismo na constituição da esfera pública política da democracia liberal e dos impactos socioculturais das transformações do modo de reprodução do capitalismo na sua fase neoliberal. Para esta reflexão foram utilizados conceitos clássicos de autores da tradição marxiana, bem como outros pensadores e pensadoras de teorias críticas. O objetivo desse trabalho é apresentar perspectivas novas para os estudos sobre a relação entre comunicação e racismo que não se restrinjam à agenda da representatividade.

Palavras-chave: Mídia e racismo. Jornalismo e relações raciais. Jornalismo e diversidade etnicorracial.

This essay is a product of the erudition class presented in the selection process for full professor at the School of Communications and Arts (ECA) of the University of São Paulo (USP) in October 2024. It examines the relationships between racism from a structural perspective, the role of journalism in the shaping the political public sphere of liberal democracy, and the socio-cultural impacts from the transformations in the mode of reproduction of capitalism during its neoliberal phase. For this reflection, classic concepts from authors in the Marxian tradition were employed, as well as contributions from other critical theorists. This study aims to present new perspectives for studies on the relationship between communication and racism that are not restricted to the representation agenda.

Keywords: Media and racism. Journalism and race relations. Journalism and ethnic-racial diversity.

Este ensayo es producto de la clase de erudición presentada en el proceso de selección para profesor titular de la Escuela de Comunicaciones y Artes (ECA) de la Universidad de São Paulo (USP) en octubre de 2024. Aborda las relaciones entre el racismo desde una perspectiva estructural, el papel del periodismo en la constitución de la esfera pública política de la democracia liberal y los impactos socioculturales de las transformaciones en el modo de reproducción del capitalismo en su fase neoliberal. Para esta reflexión se utilizaron conceptos clásicos de autores de la tradición marxista y otros pensadores de teorías críticas. El objetivo es aportar nuevas perspectivas para los estudios sobre la relación entre comunicación y racismo que no se limiten a la agenda de la representación.

Palabras clave: Medios de comunicación y racismo. Periodismo y relaciones raciales. Periodismo y diversidad etnorracial.

Introdução

Em outubro de 2024 apresentei uma aula de erudição para o concurso público para o cargo de professor titular na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) com o tema “Novas configurações da esfera pública, diversidade etnicorracial e jornalismo”. Na ocasião, optei em apresentar o tema fazendo uma analogia ao enredo de uma escola de samba. Tal opção decorreu dos seguintes motivos:

a) Uma marca pessoal: sou uma pessoa que vivenciou fortemente a experiência da escola de samba, desfilei na Escola de Samba Vai-Vai por diversos anos, minha família tem raízes profundas na Vai-Vai, que está localizada no bairro da Bela Vista (Bixiga) onde eu e vários membros da minha família nasceram e viveram.

b) Uma perspectiva: considero a escola de samba uma experiência de expressão cultural em que se sintetizam tecnologias sociais como a construção do enredo (que envolve pesquisa, estudos, sínteses teóricas e históricas); a definição da estratégia de comunicação com o público via concepção do desfile; uma dimensão antropofágica no sentido dado por Oswald de Andrade¹ de incorporar outros saberes dentro da matriz negra do samba e a sua execução

que é um exemplo de logística ao se enquadrar nas normas de tempo e organização do desfile. Assim, os desfiles de escolas de samba e as pessoas que o concebem se enquadram na categoria dos “intelectuais periféricos”, conceito que venho desenvolvendo em algumas pesquisas (Oliveira *et al.*, 2021).

c) Um desafio: ao optar por esta forma de apresentação, coloco-me o desafio de interseccionar os saberes que adquiri nas minhas vivências no samba com o repertório acumulado como professor e pesquisador na universidade.

Do ponto de vista conceitual, transitei entre os conceitos clássicos que articulam o jornalismo como atividade típica da chamada modernidade, passando pelas críticas mais gerais ao projeto da razão esclarecedora destacando a perspectiva classista da tradição marxiana e verticalizando em algumas teorias críticas raciais e decoloniais.

Dentro deste pano de fundo, apontamos os dilemas existentes nas novas configurações dos arranjos institucionais do capitalismo na sua fase pós-fordista, em que se observa a emergência da retórica com arquétipo das narrativas em detrimento do esclarecimento racional e a absorção da agenda da diversidade étnico-racial. Nesse contexto, contraditoriamente, se coloca a representatividade como ponto de enfrentamento ao racismo, mas dissociada da redistribuição. Quais seriam os dilemas do jornalismo como instrumento de agenda dos debates públicos neste novo contexto? Longe de responder esta pergunta, este ensaio tem o objetivo de apresentar os dilemas e as complexidades dessa

¹ Ver em ANDRADE, Oswald de. O manifesto antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

agenda nos tempos atuais, particularmente para o campo do jornalismo.

1 - Abre-alas: Jornalismo e esfera pública

Para dar início às reflexões sobre o jornalismo, considero importante resgatar a ideia presente na considerada a primeira tese de doutorado de jornalismo elaborada por Tobias Peucer, em 1695 na Universidade de Leipzig (Alemanha), intitulada “Relatos jornalísticos”, no qual ele defende que o jornalismo atende a uma demanda típica do ser humano da modernidade: a demanda pela “novidade”.²

Peucer afirma, em sua tese, que nada mais satisfaz tanto a alma humana quanto os relatos históricos que, segundo ele, podem ser de três tipos. O primeiro como um “fio contínuo” de sucessão precisa de fatos históricos; o segundo como uma ordem estabelecida de determinados fatos escolhidos por sua relevância; e, finalmente, o terceiro, que Peucer chama de “confuso”, é uma miscelânea de fatos multiformes e aleatório. É justamente nesta terceira forma que se encaixam os relatos periodísticos. A força deles está na novidade, Peucer remonta às suas origens aos relatos de feitos de guerras ou de imperadores, que satisfaziam a curiosidade do público. Além disso, com mensagens transmitidas pelos correios, fatos

ocorridos em lugares distantes poderiam ser conhecidos pelo público.

Peucer, em sua tese, discorre sobre a validade das narrativas de fatos obtidas pelo testemunho ocular (como forma de separar os fatos dos boatos). Assim, Peucer destaca que “relaciona a vontade do escritor de periódicos com a credibilidade e o amor à verdade” (Peucer, 2004).

Destaco aqui alguns pontos desta reflexão de Peucer: a busca pela veracidade, a credibilidade, o interesse do público e a difusão para além dos que vivenciaram os eventos relatados. Alguns destes aspectos são aprofundados na chamada *Periodika*, proposta de uma ciência jornalística do pensador alemão Otto Groth (2011). Para ele, a “ciência do jornalismo” tem quatro fundamentos: periodicidade, atualidade, universalidade e publicidade ou difusão.

Antes de se deter nesses fundamentos, o que importa segundo o pensamento de Groth, é o fato de que o jornalismo inaugura uma ação cultural singular caracterizada por um tipo de mediação social específica, que necessita de um campo de estudos próprio. Por isto, a partir da observação do jornalista, acerca das características regulares desta mediação social, chega-se a esses quatro fundamentos.

Por periodicidade, Groth a define como a regularidade dos intervalos em que os periódicos são publicados, gerando uma expectativa junto ao público para receber as informações em momentos específicos. Por atualidade, Groth destaca a característica do jornalismo em focar nos acontecimentos contemporâneos, o que o distingue de outras mediações informativas

2 Ver a tradução comentada da tese de Peucer em PEUCER, Tobias. “Os relatos jornalísticos” (tradução de Paulo Rocha Dias). **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 33, p. 199-216, 1º sem. 2000.

mais atemporais, como livros, por exemplo. Por universalidade, o pensador alemão refere-se à diversidade de temas abordados pelo jornalismo que cobre uma ampla variedade de assuntos e, com isso, satisfaz as necessidades de um público diverso. E, por fim, publicidade ou difusão diz respeito ao caráter público das informações transmitidas. A função social do jornalismo é atingir o mais amplo número de pessoas possível.

Para Groth, o jornalismo é uma ação cultural típica do capitalismo e se constitui em um poder “impercebido” segundo Christa Berger, autora da resenha da obra Otto Groth, *O poder cultural desconhecido: Fundamentos da ciência dos jornais* (Groth, 2011). A pensadora brasileira utiliza o termo “impercebido” ao invés de “desconhecido” presente no título da obra em português. De fato, a tradução literal do alemão *Die unerkannte Kulturmacht* é “poder cultural desconhecido», porém, para Berger, o sentido dado por Groth é “impercebido” pois o poder do jornalismo não é totalmente desconhecido, mas, muitas vezes, não percebido, por isso a opção de utilizar o termo “desconhecido» na resenha.

Todas essas ideias se conectam por uma dimensão singular dos arranjos institucionais da modernidade, que é a esfera pública política, razão pela qual outro autor importante nesta fundamentação do jornalismo é Jürgen Habermas, particularmente no seu clássico texto *A mudança estrutural da esfera pública* (Habermas, 2003). Neste texto, Habermas aponta o papel negativo que a imprensa comercial desenvolve junto à dimensão social da esfera pública política, transfigurando o arquétipo de cidadão em consumidor. Já não haveria um cidadão a

ser “esclarecido” e sim um consumidor a ser “seduzido para o consumo”.

Habermas apresenta uma proposta de organização da sociabilidade do ser humano na modernidade nas dimensões pública, privada e íntima. Na dimensão pública — a base da constituição da esfera pública — é onde se expressa a condição de cidadania, o exercício da razão esclarecedora para os debates dos assuntos de interesse dos cidadãos. O jornalismo se institui neste espaço como uma ação de reverberar os debates públicos. Assim, de fato o conceito de relevância pública ou interesse público é a base para todos os códigos deontológicos do jornalismo. Mas a sociabilidade humana da modernidade também se desenvolve na chamada “esfera privada” dos negócios (a economia capitalista) e na esfera íntima (a vida privada nos círculos familiares).

O que preocupa Habermas em “Mudança Estrutural” é a hipertrofia da esfera privada econômica em detrimento da esfera pública. Para ele, o jornalismo, à medida que se transforma em um empreendimento comercial, contribui para esta colonização mercantil da esfera pública, transfigurando os cidadãos em consumidores.

Mais tarde, o mesmo autor publica a obra “Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa” (2003; 2022), no qual analisa os impactos das tecnologias de informação e comunicação no processo de colonização mercantil da esfera pública tratado na obra anterior.

Na mesma linha habermasiana, Ciro Marcondes Filho (2000) periodiza o jornalismo em quatro momentos: o jornalismo da

ilustração, o momento da atividade como um libelo de defesa de ideias, o jornalismo ainda restrito aos debates da esfera pública; o jornalismo mercantil, já na fase da colonização da esfera pública pela esfera privada mercantil de que fala Habermas; o jornalismo monopolista, a formação dos monopólios da mídia principalmente com o advento das mídias audiovisuais que têm como característica a concentração; e o jornalismo da fase tecnológica, em que há uma total desmaterialização da atividade jornalística com a fragmentação das etapas produtivas e a submissão à gramaticalidade imposta pela Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

O que temos neste primeiro momento das reflexões conceituais do jornalismo é uma atividade que nasce com as perspectivas do esclarecimento da Modernidade, mas que se adapta ao processo de colonização mercantil que atrofia o debate público, além de incluir as lógicas do consumo até o ponto de total desmaterialização da atividade com o advento das tecnologias digitais. Embora Habermas deixe aberta, ainda, a possibilidade de uma esfera pública global com as TICs na sua obra de 2003, Marcondes Filho é taxativo ao dizer que não resta mais indícios de um jornalismo do esclarecimento nos dias atuais. Assim, mais que uma atividade de “cães de guarda” do poder, o jornalismo se transforma em uma ponte que seduz pelo fascínio de estar próximo as esferas do poder.

O poder desconhecido ou impercebido de que fala Groth se institui como um mecanismo de destruição da esfera pública no seu sentido estrito — há uma colonização mercantil total da esfera pública por conta de uma mediação jornalística na qual

o valor definidor é o interesse comercial. Entretanto, há que se pensar se existiu um momento em que uma esfera pública e um jornalismo totalmente apartado da dimensão mercantil existiu de fato.

2 - Mestre sala e porta bandeira: críticas ao conceito de esfera pública habermasiana

O conceito de esfera pública como uma dimensão na qual a política se exerce plenamente por meio da racionalidade esclarecedora implícita em Habermas é criticado por dois autores que destaco neste tópico: John B. Thompson e Nancy Fraser.

Em *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*, Thompson (2002) aponta que não existe uma separação estanque entre a esfera pública política deliberativa e a esfera privada dos negócios desde os seus princípios. Assim como não há um jornalismo da ilustração totalmente apartado da dimensão dos negócios. As primeiras folhas impressas, lembra Thompson, anunciavam a chegada de mercadores nas cidades. A própria Ágora de Atenas antiga, arquétipo do que seria a esfera pública política moderna, era também o mercado. Sendo assim, Thompson defende a ideia de que as estruturas de poder que se instituem na Modernidade têm, na verdade, quatro dimensões de poder com suas instituições paradigmáticas.

- O **coercitivo**, tendo como instituição paradigmática as forças armadas e de segurança;

- O **econômico**, tendo como instituição paradigmática a empresa capitalista;
- O **político**, tendo como instituição paradigmática as instituições de governança, os partidos políticos e todo o aparato da política institucional;
- O **simbólico**, tendo como instituição paradigmática os meios de comunicação de massa.

Desta forma, Thompson mostra que a constituição de uma instituição com a legitimidade social de transmissão de informações e mediação social — o jornalismo e, ampliando mais, os meios de comunicação de massa — é produto destas transformações institucionais da Modernidade. Não se trata de uma esfera pública constituída como base que se deturpa ao longo do tempo com a sua mercantilização, mas sim da organização de uma tipologia de poder com estes quatro tentáculos que atuam de forma coordenada e articulada e, evidentemente, tendo contradições entre si por conta das suas dinâmicas singulares de funcionamento.

Entender o jornalismo na modernidade significa situá-lo historicamente neste processo de constituição da sociedade moderna. É evidente que os processos históricos vão definindo cenários próprios para a articulação destas dimensões de poder e suas instituições.

Nancy Fraser, por outro lado, aponta que a esfera pública deliberativa moderna nunca foi universal, pois congregava apenas pessoas das elites, além de excluir as mulheres. Em vários textos, particularmente em *Justiça interrompida* (Fraser, 2022), a autora estadunidense aponta que

a visão habermasiana de esfera pública desconsidera o seu caráter excludente e também a existência de outros espaços públicos alternativos que contrastavam com a esfera pública oficial. Há de se falar, então, não de apenas uma esfera pública, mas de várias.

No texto *Capitalismo Canibal* (Fraser, 2023) e também em *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica* (Fraser; Jaeggi, 2020) — obra na qual ela dialoga com Rachel Jaeggi —, Fraser apresenta o conceito de “pano de fundo”, cenário onde se desenvolvem os mecanismos de reprodução social das forças produtivas do capitalismo, que estão colocados de forma imprecisa no conceito de “esfera íntima” de Habermas, como se houvesse uma separação estanque entre eles. Fraser lembra que este pano de fundo onde se desenvolve a reprodução das forças produtivas é onde se coloca a atuação das mulheres. Por isto, desconsiderar a importância desta dimensão no processo da sociedade moderna é uma forma de apartação política das mulheres. Ao centrar na chamada “esfera pública oficial” todo o mecanismo condutor da sociedade, Habermas desconsidera todos estes outros fatores que se articulam.

Mesmo quando reconhece o caráter restrito da esfera pública, e também a existência de outras esferas públicas constituídas por sujeitos apartados, Habermas ainda insiste na proposta de centrar na ampliação da esfera pública oficial de todos os sujeitos (Fraser, 2022). Essa visão de centralidade da esfera pública política é retomada em sua perspectiva da possibilidade de uma regulação das dinâmicas da esfera privada mercantil, que se globaliza com o fortalecimento das estruturas institucionais políticas.

Em um artigo publicado em junho de 1999 na Agence France-Presse (AFP,) e republicado em português no jornal Folha de São Paulo, o filósofo alemão discorre sobre os conflitos da União Europeia apontando como uma das causas o fato daquela integração continental ter sido feita com base em uma união horizontal dos mercados, controlados por uma autoridade monetária tecnocrática e uma regulação vertical política frágil por conta da pouca legitimidade social dos representantes nos órgãos colegiados europeus.³

Ainda no contexto dos conflitos na União Europeia, Habermas, em 2011, durante uma palestra no Instituto Goethe, em Paris, apresenta o conceito de *embebed capitalism* (ou “capitalismo incorporado”) que significaria uma economia de mercado controlado por mecanismos políticos como forma de enfrentar um “golpe de Estado dos mercados”, como ele chama o que foi feito na crise da Grécia naquele ano.⁴

Essa crença absoluta nas estruturas institucionais como mecanismos de controle da voracidade dos mercados, ou a esfera pública política como anteparo à esfera econômica privada, é criticada por Fraser, demonstrando a insuficiência desta perspectiva para explicar as

situações atuais do capitalismo, principalmente porque ainda se vislumbra um “tipo ideal” de esfera pública política. Toda essa arquitetura que permitiu a hipertrofia dos mercados globais foi construída a partir de decisões políticas, por debates ocorridos justamente no âmbito da esfera pública política. As críticas à visão habermasiana, tanto de Thompson quanto de Fraser, apesar dos seus aspectos distintos, se encontram precisamente na ausência de uma visão de totalidade histórica.

3 - Destaque: Marx

Assim, o destaque do enredo deste desfile de escola de samba cabe a Marx. É justamente a tradição marxiana que vai apresentar a possibilidade de se partir do conceito de *totalidade histórica* para se compreender os fenômenos nas suas singularidades e especificidades. O conceito marxiano de totalidade aparece em diversas obras, particularmente em *A miséria da filosofia* (Marx, 2017), e se refere a uma visão da sociedade e da história como “um todo integrado”, no qual os diferentes aspectos da vida social (questões culturais, políticas, econômicas, ideológicas etc.) estão inter-relacionadas, embora tenham suas autonomias relativas.

Desta forma, Marx critica a fragmentação das categorias e das suas conceituações, embora defenda a ideia da interdependência entre as várias dimensões da vida social, ele enfatiza a primazia das relações materiais (o que fez com que determinados intérpretes da obra de Marx

³ HABERMAS, Jürgen. “Nos limites do Estado”. **Folha de São Paulo**, 18 jul. 1999. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs18079905.html>. Acesso em 10 mar. 2025.

⁴ Ver DIEZ, Georg. “Habermas, the last european: a philosopher’s mission to save EU”. **Spiegel International**, 25 nov. 2011. Disponível em: <https://www.spiegel.de/international/europe/habermas-the-last-european-a-philosopher-s-mission-to-save-the-eu-a-799237.html>. Acesso em 10 mar. 2025.

o enxergasse incorretamente como um determinista econômico) e, o mais importante, que essa totalidade é *histórica* e em *movimento*, afastando-o de uma perspectiva estruturalista.

Assim, com base nesta episteme marxiana, é possível entender o jornalismo na forma em que foi concebido e atua hoje como um *fenômeno histórico* e inserido em uma *totalidade histórica*, o capitalismo. Por isto, faz sentido a perspectiva de Adelmo Genro Filho em situar o jornalismo como uma ação cultural do capitalismo que, por esta razão, está envolvido com os valores do liberalismo burguês na sua essência (Genro Filho, 1987). Desta forma, é preciso situar exatamente o que são os arranjos institucionais da modernidade e a figura do cidadão que configuram o sentido de existência do jornalismo.

Os arranjos institucionais da modernidade que constituem a figura do “cidadão” e do “sujeito de direitos” têm uma funcionalidade: instituir uma forma de relação de produção baseada na extração da mais valia por meio do contrato. Assim, a sociabilidade do contrato social oculta a exploração realizada nas relações de produção capitalista.

Aqui, então, se reposiciona o sentido de esfera pública e de cidadania dentro da sociedade capitalista, retirando-o de uma dimensão um tanto mítica por estar fragmentada da totalidade histórica. As insuficiências e limites da esfera pública política como lócus do jornalismo encontram no pensamento de Marx os seus fundamentos mais consistentes.

4 - Ala: dialética da modernidade

A partir destas críticas, consideramos importante estabelecer um olhar dialético sobre o projeto da modernidade. Para isto, abdicamos de pensadores que gravitam em torno dos conceitos de colonialidade do poder, teorias decoloniais e eurocentrismo.

Enrique Dussel, pensador argentino, vai desconstruir a ideia de que esta modernidade é produto de uma evolução linear da epistemologia advinda da tradição grega clássica, tida como ponto zero do pensamento filosófico. O objetivo do pensamento dusseliano é demonstrar a possibilidade de outros caminhos para se pensar outras modernidades (Dussel, 2005).

Assim, para Dussel, a tradição grega clássica vista como “o grau zero” da filosofia é herdeira de tradições anteriores como a egípcia e a fenícia. Essa tradição grega clássica na leitura eurocêntrica é linearmente transfigurada para as tradições civilizatórias do Império Romano, do pensamento cristão medieval (em razão das traduções do pensamento platônico por Santo Agostinho) desembocando, finalmente, no Renascimento italiano e na Modernidade europeia.

Mas essa linearidade é, segundo Dussel, uma leitura eurocêntrica. Além de desprezar as tradições anteriores que formaram o pensamento helênico, Dussel defende a ideia de que a tradição grega não seguiu por um caminho linear e foi diaspórica, com elementos presentes nas civilizações bizantina, muçulmana e hebraica. Por conta disto, Dussel defende que essa Modernidade que vivemos é **eurocêntrica**

porque privilegia apenas uma linha do circuito evolutivo do pensamento a partir da experiência helênica.

Aníbal Quijano, pensador peruano, apresenta o conceito de “matriz colonial do poder” como resultante da imposição da modernidade eurocêntrica na América Latina e a sujeição do continente como subalterno no sistema-mundo. Assim, a raça passa a ser uma categoria mental da modernidade eurocêntrica porque ela legitima o posicionamento subalterno nas formas de trabalho do capitalismo (Quijano, 2005).

O elemento central do pensamento de Quijano é que o capitalismo foi o primeiro sistema que estabeleceu uma organização mundial do trabalho. Tal organização apropriou-se da categoria raça que serviu para classificação e hierarquização dos tipos humanos a partir de critérios sócio-históricos para organizar o sistema mundial de controle do trabalho. Assim,

a classificação racial oriunda dos processos de colonização das Américas (brancos, pretos e indígenas) foi reapropriada no sistema-mundo capitalista para organizar a produção segregando racialmente o acesso ao trabalho mais qualificado.

Um exemplo do que Quijano defende é em relação à produção das telas de cristal líquido dos smartphones e tablets. O circuito de produção deste componente envolve desde pesquisas sofisticadas para o desenvolvimento da tecnologia, sua aplicação na produção material, o financiamento das empresas por meio do mercado de ações e até a extração dos insumos e matérias-primas que permitem a produção das telas – como o mineral *coltan*, extraído em minas na República Democrática do Congo, no continente africano, por crianças escravizadas. A totalidade dos espaços de sofisticação e barbárie que compõem este circuito produtivo é racializado, o branqueamento acompanha a sofisticação como se observar na figura abaixo.

[FIGURA 1]

No primeiro quadro (acima a esquerda), a extração de coltan por crianças e adolescentes escravizados em minas na República do Congo; no segundo, a produção de telas LCD em fábricas; no terceiro, centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de empresas produtoras de smartphones; no quarto, a bolsa de valores de Nova York, onde as ações destas empresas são negociadas.



Assim, há uma racialização nos processos produtivos, sendo necessário que se estabeleçam mecanismos de poder que legitimem as nações, cujas populações são majoritariamente formadas por pessoas não brancas, que estejam nos níveis menos qualificados do trabalho. Este é o significado de matriz colonial de poder ou colonialidade do poder segundo Quijano, que se apresenta como o arranjo institucional necessário para o capitalismo dependente.

Observa-se aqui uma chave para transcender uma visão restrita ao campo epistêmico – portanto, idealista – do eurocentrismo, como apresentado por Dussel, em direção a uma totalidade no sentido marxiano, uma vez que a primazia aqui colocada é a produção material (Quijano enfatiza a questão da racialização da organização do trabalho e do sistema-mundo capitalista, embora se direcione para as formas de poder que se instauram nos países latino-americanos após as suas emancipações políticas). Em *Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica*, defendendo a ideia de que a matriz colonial de poder é o arranjo institucional dos países da periferia do capitalismo (Oliveira, 2021).

Seria então o eurocentrismo uma ideologia? Samir Amin (1989) afirma que sim, o eurocentrismo é uma ideologia necessária ao capitalismo principalmente porque ele emerge como modo de produção justamente na região que era periférica ao que vigorava, segundo Amin, o modo de produção tributário.

Amin defende a ideia de que o *feudalismo europeu* era a periferia do *modo de produção tributário* dos grandes impérios comerciais do Oriente, no qual a classe

dominante formada pelos ocupantes da burocracia estatal do império exercia seu domínio político-econômico pela apropriação da produção agrícola por meio da tributação. A centralização do controle comercial e tributário, por parte dos Estados tributários, garante à burocracia estatal destes impérios o controle social e, portanto, o exercício de classe dominante (Amin, 1973).

O feudalismo europeu, para Amin, é uma experiência de modo tributário, porém periférica devido à fragmentação (ao contrário da forte centralização dos impérios do oriente) o que levou a uma certa fragilidade das classes dominantes deste sistema. Por isto, foi neste elo mais frágil que o capitalismo, como modo de produção alternativo, irrompeu. Por ser um modo de produção que se direciona para a mundialização, a narrativa da Europa (então periférica) como centro da civilização, o capitalismo surge como uma justificativa ideológica.

Fecha-se assim, sinteticamente, um olhar dialético da Modernidade e todas as suas características: a racionalidade, a esfera pública e até mesmo o sentido da destruição criadora.

5- Intérprete do samba e bateria: perspectivas raciais na dialética da modernidade

As críticas ao capitalismo e aos seus arranjos institucionais presentes na visão dialética da modernidade encontram,

em dois pensadores negros, uma perspectiva racial. Cedric Robinson, em *Marxismo negro*, apresenta o conceito de “capitalismo racial”. Para ele, o capitalismo como sistema não foi produto apenas de processos racionais e objetivos, mas resultante de aspectos subjetivos e particularistas de forças sociais oriundas do feudalismo. Ele sustenta tal afirmação ao observar a própria formação da burguesia a partir dos mercadores nos séculos XV e XVI (Robinson, 2023).

Robinson quer mostrar que há um *ethos* historicamente construído na burguesia ascendente na Europa, inclusive pela sua própria experiência histórica de transitar em várias localidades e o contato com diversos povos diferentes. Apresentou-se como portador da novidade, do civilizado, do avançado para os mais diversos povos.

Essas afirmações de Robinson vão no sentido de pensar a emergência do capitalismo e de sua classe dominante — a burguesia — para além de uma dimensão meramente racional que o autor acredita estar enfatizado em Marx.

A leitura de Robinson sobre a tradição marxiana aponta que o deslocamento para a dimensão material nas obras de Marx e Engels dão ênfase às revoluções burguesas que não têm um sentido ético — como pode transparecer nas propostas do chamado “socialismo utópico”, mas operam na transformação dos sistemas de produção como condição *sine qua non* para instituir novas formas de reprodução da riqueza e exploração do trabalho. Por isto, as barbáries oriundas do capitalismo decorrem não de uma degradação ética da classe dominante, mas de um processo racional de transformação social.

Assim, tem sentido a reflexão proposta por Horkheimer (2016) sobre uma passagem de uma razão objetiva, centrada em valores éticos, para uma de caráter instrumental administrada pelo capital. Por outras vias, autores apontam que barbáries não decorrem da ausência, mas a partir de uma racionalidade.

Porém, Robinson inova ao trazer este aspecto subjetivo na constituição da classe dominante que dirige a formação do capitalismo inserindo a racialização como formadora histórica da sua subjetividade. Com isto, ele desloca uma tradição radical negra existente, além da marxiana, como anticapitalista, e seu esforço é verificar as possibilidades de síntese entre o que ele considera uma tradição radical europeia (marxiana) e uma negra. Esta síntese é o que ele vai denominar de “marxismo negro”.

Já Charles Wade Mills, em *Contrato Racial* (2023), apresenta a tese de que o contrato social pensado por teóricos como Rousseau, Hobbes, Kant, Hegel, entre outros, tinha como arquétipo do cidadão (ou contratante) o *homem branco*. Assim, mulheres brancas, mulheres negras e homens negros seriam “subcontratantes” ou “não contratantes”.

A base do pensamento de Wade Mills parte de uma crítica do pressuposto de Rousseau que pensa que o contrato social retira o ser humano de uma condição biológica para um ser “político”. Isto porque a constituição do projeto de contrato social ocorre em uma Europa patriarcal e colonizadora, portanto, já com subjetividades políticas historicamente construídas (Wade Mills, 2013; Wade Mills, 2023).

A ideia subjacente a este pensamento rousseauiano é de que a Modernidade (projeto que tem o contrato social como elemento central no campo das relações políticas) é o momento, por excelência, da emancipação humana pelas vias da racionalidade. Há aqui uma universalidade da condição humana construída a partir deste projeto que, conforme discutiu-se no tópico anterior, é eivada de contradições e antagonismos. Portanto, a obra de Wade Mills é importante à medida que reposiciona a Modernidade como um exercício de poder estabelecido por uma hierarquia entre os classificados como civilizados (mediados pelos valores da racionalidade moderna) e os bárbaros (fora desta classificação).

Wade Mills estabelece então conceito de contrato racial como uma perspectiva epistemológica, que possibilita a compreensão de metacontratos formais e informais e os limites do contrato social. Isto a partir do pressuposto de que o grau zero do contratante presente na obra de Rousseau é deslocado para um sujeito atravessado por contingências sociais e históricas (Wade Mills, 2013). A partir disso, se constituem os discursos legitimadores da colonização e neocolonização e, por conseguinte, a apropriação de corpos escravizados para o trabalho que possibilitam a expropriação de riquezas. Com isso, se estabelecem perspectivas econômicas e a hierarquia global de riquezas.

É fato que o jornalismo como atividade atuante no fomento da esfera pública e da democracia liberal, em países marcados pelo contrato racial, estará estruturalmente vinculado à manutenção desses metacontratos formais e informais. Assim como estará ligado ao reforço dos

discursos que legitimam o neocolonialismo (vide, por exemplo, o alinhamento incondicional das editoriais internacionais às visões hegemônicas da geopolítica mundial) e, em determinados momentos, à legitimidade da exploração de corpos negros para a manutenção da ordem do capital. As hierarquias globais de riqueza e os modelos econômicos vigentes não são contestados. Sendo assim, a esfera pública política, fomentada pelo jornalismo nessas condições do contrato racial, é excludente ainda que pontualmente dê visibilidade às agendas antirracistas ou mesmo, na esteira do neoliberalismo progressista, renda-se a agenda da representatividade.

6 - Destaque: Clóvis Moura

O destaque deste enredo é o pensador brasileiro Clóvis Moura, que vai mobilizar as categorias do campo do pensamento marxiano para interpretar o Brasil. No conjunto das suas obras, particularmente em *Rebeliões da Senzala* (2014) e *Dialética Radical do Brasil Negro* (2017), Moura afirma que a implantação do capitalismo no Brasil deu-se, primeiramente, com a independência do país mantida sob o modo de produção escravista colonial e, posteriormente, com a abolição da escravidão mantendo a estrutura fundiária, isto é, sem realizar a reforma agrária.

Por isto, o capitalismo no Brasil se insere como periférico e dependente no sistema-mundo, mantendo a mesma posição na economia mundial quando era colônia e com o sistema de mão de obra escravista.

Moura aponta que o caráter dependente do capitalismo brasileiro é fruto da colonização e do sistema de trabalho escravista. Isto porque o fato de o sistema de produção do escravismo colonial drenar recursos para fora impediu que houvesse por aqui uma acumulação primitiva de riquezas que possibilitassem a edificação de um capitalismo nacional. Assim, as inversões na infraestrutura necessária para a edificação do capitalismo no século XIX foram feitas principalmente por capital estrangeiro (inglês, principalmente) — basta ver as ferrovias construídas, telégrafos, redes de eletricidade nas cidades, entre outros. Em contrapartida, a economia continuou primarizada na agricultura monocultural e, por isto, a estrutura fundiária foi mantida.

É fato que em contextos de capitalismo dependente as burguesias locais compensam a condição de subalternidade na divisão internacional das riquezas superexplorando a mão de obra local. Além disso, como o principal objetivo é atender às demandas externas, não há necessidade de se manter um mercado consumidor interno de grande monta para garantir a reprodução das riquezas. Por isto, todo o processo de passagem do sistema escravista para o capitalismo na segunda metade do século XIX ocorreu sem grandes rupturas, o que fez Moura chamar de uma “modernização sem mudança” (Moura, 2017). Aqui há mais um exemplo de visão dialética da modernidade que se discutiu em tópicos anteriores em uma abordagem mais teórica e já dentro das singularidades da realidade brasileira.

A própria imprensa brasileira é tardia, surge somente no despertar do século XIX — enquanto em outros países da América

Latina já possuíam jornais no século XVII — também já censurada. O primeiro jornal brasileiro é produzido em Londres, em 1808, para defender a causa da independência do Brasil e, por esta razão, era proibido pela Corte portuguesa e chegava ao Brasil de forma clandestina. Mas, ainda que tardia, observa-se que negros e negras já lutavam para impactar a esfera pública política com a causa da abolição, como Luiz Gama, por exemplo, um dos criadores e escritores do jornal abolicionista *Diabo Coxo*, de 1864. Moura sempre destacou que essa ordem escravocrata, e posteriormente capitalista dependente, foi constantemente combatida pela luta de negros e negras escravizados ou não, demonstrando que as revoltas dos quilombos foi a origem da rebelião do trabalho — há aqui uma racialização da configuração das classes sociais e da luta de classes no Brasil por conta dessas singularidades históricas.

Em *Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica* (Oliveira, 2021), a partir desta consideração de Moura que houve uma transição controlada do escravismo para o capitalismo dependente, utilizei o conceito da Teoria Marxista de Dependência para trazer a superexploração do trabalho como característica central deste tipo de capitalismo.

Por superexploração do trabalho, Ruy Marini define como o pagamento da força de trabalho em valores inferiores a necessidade da sua reprodução (alimentação, vestuário, habitação, saúde, qualificação). Assim, há uma situação de aviltamento da força de trabalho gerando a necessidade de um excesso de mão de obra (para existir sempre um imenso exército de reserva de mão de obra, não só para

pressionar para baixo o valor do trabalho, mas também para dar conta desse caráter predatório da força e trabalho), além de mecanismos de disputa no mercado de trabalho que são realizados pela racialização (Marini, 1977).

Por isso que o excedente de mão de obra foi feito com a importação de trabalhadores brancos, política oficial legitimada pela disseminação de ideias racistas “científicas” entre a *intelligentsia* brasileira do final do século XIX. Por aqui, as teorias do darwinismo social, da eugenia e outras correlatas tiveram um papel de sustentação de um modelo econômico centrado na superexploração da mão de obra.

Os apagamentos históricos das rebeliões da senzala, o branqueamento da história do trabalho, bem como a interdição da participação de negras e negros na esfera pública política, tinha um sentido econômico: manter intacto um sistema econômico subalternizado no sistema-mundo capitalista. Sendo este realizado pela superexploração da mão de obra, justificado pela ideologia do racismo e com arranjos institucionais no campo da esfera pública que retiram as dimensões do racismo estrutural do debate político.

Por isto, a obra de Clóvis Moura é seminal para se entender como a totalidade histórica capitalista se realiza nas singularidades brasileiras. O racismo estrutural é uma síntese desta totalidade histórica do capitalismo brasileiro, razão pela qual é impossível entender as dinâmicas sociais nas suas particularidades, sem compreender o racismo estrutural que não se limita aos casos típicos de comportamentos preconceituosos.

7 - Alegoria: esfera pública do racismo 4.0

Diante disso, quais seriam as transformações na esfera pública com estas características universais e singulares no Brasil que impactam o jornalismo? Para responder esta questão, sintetizo alguns pontos:

7.1 - Visibilidade ou estruturas

Boa parte dos textos que tratam das relações entre mídia e diversidade racial enfatizam a ausência de negras e negros nos produtos midiáticos. Decorrente disto, a agenda política se direciona para a maior visibilidade negra nos meios de comunicação. Em boa parte, esta discussão de invisibilidade negra tem como base a ideia presente na obra *Homem Invisível*, de Ralph Elisson (2013), que narra a saga de um jovem negro do sul dos Estados Unidos quando chega em Nova York e é ignorado (invisibilizado). O racismo se manifesta assim, pela negação da existência do ser negro. A agenda de visibilidade se conecta com a agenda do “reconhecimento” presente em vários documentos relativos a direitos de minorias nas agências da ONU para direitos humanos e, em um sentido mais complexo, de “representatividade”.

No caso da representatividade, a visibilidade se torna mais complexa pois não se trata apenas de ser visível, mas de estar representado nos espaços de poder. Tal discussão ganha ainda mais corpo em países como o Brasil, no qual a maioria da população negra está subrepresentada em todas as instituições sociais de poder — seja de governança pública, empresarial, midiática, entre outros. No caso específico

do jornalismo, a subrepresentação implicaria na ausência das chamadas elites logotécnicas, que estabelecem os critérios midiáticos de presença, como também das próprias fontes escolhidas como testemunhos dos acontecimentos ou analistas.

Visibilidade e representatividade entram em colisão particularmente quando se percebe que, no cenário brasileiro, ainda vigora a ideia dos antagonismos em equilíbrio de Gilberto Freyre. O autor de *Casa Grande e Senzala* defende a ideia que os antagonismos raciais e de classe existentes na sociedade escravista eram equilibrados pelos trânsitos entre pessoas oriundas das classes (e raças) distintas, gerando convívências que possibilitam as marcas raciais negras ainda que estejam em condições de subalternidade (Freyre, 2006).

O que sustenta essa tese freyreana é que a digital negra está visível nas expressões culturais brasileiras, e um indicador de “tolerância” é a miscigenação existente que distingue o país de experiências em que a segregação foi normatizada. Por isso, a ideia de visibilidade por aqui foi resignificada no sentido de “representatividade” e, isto é, a chave para a importância da discussão da visibilidade midiática, tendo em vista que a mídia é a instituição paradigmática do que John B. Thompson chama de “poder simbólico”.

A discussão sobre visibilidade resignificada para representatividade ganha novos contornos com as recentes configurações do capitalismo, particularmente com a midiatisação da sociedade (Sodré, 2013) em que as dinâmicas narrativas midiáticas se irradiam socialmente, transformando as formas de sociabilidade. As tecnologias de

informação e comunicação que se configuram como tecnologias de sociabilidade impõe uma forma expressiva própria na qual a busca pela atenção é um capital importante em um mundo marcado pela dispersão por conta da inflação de informações. Conquistar a atenção em um contexto de dispersão significa ter poder de fala (em que poucos escutam) e, por esta razão, a representatividade se torna novamente visibilidade, mas conquistada dentro dos parâmetros da sociedade midiatisada. Isso significa uma rendição imposta pela forma que as TICs se desenvolvem na economia de mercado.

O resultado disso é a geração de *influencers* que trazem a visibilidade negra nas redes sociais, apontam a agenda antirracista e *disputam* o cenário midiático dentro das normas instituídas pela economia midiática, o que implica em centrar o debate antirracista ao campo dos comportamentos e atitudes. Tem-se assim uma apropriação da narrativa antirracista dentro das lógicas do sistema e o debate sobre as estruturas fica obliterado ou resignificado dentro de uma ótica estruturalista, isto é, pensar as classificações e hierarquizações raciais como essencialistas e não produzidas sócio-historicamente.

7.2 - Mudanças na reprodução social dos sujeitos

Em grande parte, esse processo ocorre porque há um deslocamento da padronização estética para a comportamental gerando a cultura do “engajamento”. A crítica à invisibilidade está centrada na ideia de uma crítica à padronização estética imposta pelo capitalismo na sua fase fordista e expressa pela sua perspectiva unidimensional.

O centro é a consideração que as narrativas universalistas são racializadas e, dessa forma, precisam ser questionadas. Em boa parte, essa crítica se conecta com as lutas contraculturais mas são resignificadas na contemporaneidade por meio de um relativismo pós-moderno — não há universalidade possível sem se estabelecer hierarquias.

Entretanto, tal crítica que tinha fundamento em uma fase fordista do capitalismo perde seu sentido de enfrentamento na acumulação flexível em que se busca, não uma padronização estética, mas sim comportamental, no sentido do engajamento individual. É o que o pensador coreano Byung Chul Han (2018) chama de passagem da biopolítica foucaultiana (gerenciamento dos corpos para se adequarem a produção) para a psicopolítica (interpelação das mentes para se engajarem na sociedade competitiva). Aqui, a visibilidade de corpos negros tem uma permissão de existência desde que estejam em consonância com os ditames de uma sociedade marcada pela hiper competitividade. Assim, proporcionam o que Bell Hooks chama de “comodificação da agenda antirracista”. Mas vai além: a interpelação (no sentido ideológico althusseriano) feita pelo sistema capitalista à população negra é a viabilidade de sua existência como possibilidade de reprodução do capital. Por isso o discurso de positividade negra transpõe como “potencialidade da população negra”, particularmente valorizando especificidades das experiências culturais de povos negros dentro de uma certa mimetização de tradições de matriz africana.

Essa interpelação pela diferença, pela especificidade tem como consequência

a crítica a tudo que é discurso universalista (utilizando o argumento do eurocentrismo) e, consequentemente, valorizando a experiência pessoal em detrimento da reflexão (tendo em vista que a reflexão por estar dentro do espectro da razão aspira uma universalidade que é, *per si*, “eurocêntrica”).

Com isto, o que se percebe é uma retomada do equilíbrio de antagonismos de Gilberto Freyre, no qual se abandona a racionalidade universal (por ser eurocêntrica) e se busca a especificidade encontrada na dimensão dos saberes vividos e das experiências. O problema é que é justamente a dimensão da racionalidade universal que dá sustentação à estrutura do poder do capitalismo do conhecimento.

Se a padronização estética teve sentido em um capitalismo que reproduzia a riqueza pela economia de escala, ela já não tem mais papel na acumulação flexível do consumo customizado. De modo que a padronização sai do campo estético para o campo comportamental: todos têm que se adequar a uma sociedade de mercado do consumo flexível.

7.3 - Incorporação do que é estruturante pelo que é contingente

Diante de todos estes aspectos, o que se assiste atualmente é uma incorporação do que é estruturante pelo que é contingente. Entender as estruturas exige ir além do que está aparente, ir à essência, o que necessariamente mobiliza a dimensão da reflexão intelectual. É fato que a razão instrumental é elemento de dominação do sistema capitalista como bem afirmou Horkheimer, que aponta o eclipse da razão na sua dimensão mais ampla (que incorpora

as dimensões subjetiva e objetiva). Contudo, não significa que a irracionalidade ou o relativismo seja a forma de combate antisistêmico, pelo contrário. O relativismo é justamente a incorporação sistêmica da crítica à razão instrumental, em um movimento de reposicionamento do espírito do capitalismo no século XXI, conforme observou Luc Boltanski e Ève Chiapello (2020). Os dois autores franceses apontam que uma das características desta metamorfose foi a incorporação das críticas ao sistema capitalista feitas particularmente nos anos 1960, no *zeitgeist* contracultural, como possibilidades de reprodução da riqueza dentro do paradigma da acumulação flexível.

Negando a racionalidade, ficam as experiências pontuais e pessoais que, se por um lado, possibilitam que sujeitos invisibilizados pela universalidade eurocêntrica ganhem palco, por outro, impedem que essas pessoas invisibilizadas possam ser compreendidas dentro da totalidade estruturante, que implica pensar as relações sociais existentes que moldam as posições, trajetórias e possibilidades. No fim, o caleidoscópio se move incessantemente, dando a aparência de uma diversidade de figuras, desenhos, combinações e cores. Mas os espelhos e outras peças que estruturam o caleidoscópio continuam os mesmos.

O capitalismo comunicativo de que fala Jordi Dean (2021) tem nas estruturas de fluxos de informação as montagens dos espelhos e peças que as formas diversas colocadas se movimentam “livremente” e formam diversas possibilidades. As estruturas institucionais do capitalismo comunicacional impelem a construção de sujeitos que se movem por fluxos sem tempo e sem local fixado — é a *atopia* e *acronia* que geram

narcisismos (minha existência está diretamente ligada a capacidade de aparecer para ser amado) e depressão (produto da percepção de não controlar o sentimento de ser amado pelo Outro).

A formação de sujeitos narcísicos/depressivos é adequada ao capitalismo comunicacional e a acumulação flexível. A atopia e acronia são mecanismos instrumentais nesta sociedade capitalista comunicacional justamente porque retiram a perspectiva *histórica* (feito pela acronia) e o sentido de *pertencimento a um lugar construído historicamente* (feito pela atopia). O desvelamento destes processos sistêmicos só é possível pela razão (evidentemente, não instrumental).

Com estas alterações na esfera pública, o racismo se desloca enquadrando-se na grelha discursiva do poder no sentido foucaultiano. Ao mesmo tempo que nunca se falou tanto de racismo, como se verá nas próximas alas, nunca o racismo esteve cada vez mais presente.

8 - Alegoria e destaque (Muniz Sodré): do esclarecimento à retórica

Na obra *Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos*, Muniz Sodré (2010) apresenta a ideia de que estamos vivenciando um retorno à retórica pré-socrática e uma decadência da razão (seja ela esclarecedora ou instrumental). Da mesma forma que a retórica pré-socrática atendeu a determinada demanda da sociedade grega, este retorno à retórica se enquadra em uma

forma de produção cujo engajamento e a economia da atenção possuem grande importância. Nesta obra, Sodré afirma que a hegemonia da retórica pr -socrática tinha sentido em uma Grécia clássica, onde se procurava “adequar a linguagem   reivindicação de propriedades fundiárias” (2010, p. 13). Posteriormente, a reação a partir de Sócrates/Platão, na qual se busca a verdade (a dialética como método), “mudam as condições de sociabilidade e surge a exigência de uma técnica do pensar em comum cujo objeto é a verdade” (2010, p. 14).

Entretanto, essa busca pela verdade   sistematizada por Sodré conforme ela vai ganhando certa autonomia relativa, particularmente quando a Modernidade possibilita a constituição de instituições paradigmáticas de disseminação da informação, que foi classificada pelos pensadores frankfurtianos como “ nd stria cultural”.

Essas instituições estabelecem um conjunto de regras, mais ou menos estáveis, que a configuram como tal, com suas rotinas produtivas, sistemas de codificação e microssistemas  ticos que a legitimam socialmente como instituição paradigmática. Não partilho, entretanto, da posição de Sodré, de que a gramaticalidade constituída pelos sistemas de mediação tem um percurso próprio e não estão vinculados às dinâmicas econ micas. Embora considero que a economia política de funcionamento de tais instituições não se explica totalmente —   importante a posição de Hall em *Codificação/Decodificação*, no qual ele aponta uma autonomia relativa dos processos de recepção em contraposição com uma certa tradição de Adorno, que considera a  nd stria cultural como a integração dos consumidores pelo alto —, acredito que a

lógica do seu funcionamento está em consonância com a necessidade de adequar uma tipologia de sujeito à morfologia das relações de produção.

A reemergência da retórica está diretamente ligada   chamada “Economia da Atenção”, na qual uma sociedade da inflação das informações transforma a atenção pelo impacto ou pelo diferente em um *handicap* para reprodução do capital. Ao mesmo tempo em que as transformações da esfera pública comentadas na “ala anterior” (visibilidade no lugar de estruturas, mudança na reprodução social dos sujeitos e incorporação do que é estruturante ao que é contingente) sinalizam para um outro contexto cujas instituições paradigmáticas do poder simbólico atuam em conformidade com as exigências da reprodução do capital. Assim, reafirmo, essa autonomia da gramaticalidade   relativa.

9 - Ala: pesquisa feita nos portais uol e g1 em junho/23

Em uma pesquisa realizada em 2023 cujos resultados foram apresentados nos congressos da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Comunicação (COMP S), Associação Brasileira de Ensino em Jornalismo (ABEJ) e Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), observamos que os temas racismo e preconceito racial tiveram grande visibilidade no portal G1 (nove matérias por dia) e UOL (1,9 por dia), mas foram tematizados a partir de comportamentos, iniciativas positivas de

instituições do terceiro setor e total ausência do movimento negro. Neste sentido, o tema racismo ganha visibilidade, mas deslocado do debate da esfera pública política e enquadrado na dimensão do comportamento pessoal.⁵

Chegou-se a um total de 271 matérias publicadas no G1 e 58 no UOL. Para se chegar a este número delimitou-se o tempo (1 a 30 de junho), utilizou-se palavras-chave como racismo, injúria racial e outras correlatas, e ainda se procedeu a eliminação de matérias repetidas e artigos opinativos (o recorte foi composto apenas por matérias informativas).

O número é significativo pois representa pouco mais de nove matérias por dia no portal G1 e 1,9 no UOL. A diferença entre os dois portais se explica pelo fato do G1, sendo um portal da Globo, abrigar toda a produção jornalística das afiliadas da Rede Globo TV, além de outros veículos do conglomerado (como jornais e emissoras de rádio). Já o portal UOL é de propriedade de um grupo que publica apenas um veículo impresso, o jornal Folha de São Paulo.

Mas, para além desses dados quantitativos, o que salta aos olhos é a classificação das matérias que utilizei sob as categorias elaboradas por mim (independentemente das classificações dos editoriais dos portais). Cheguei aos seguintes dados:

[TABELA 1]
Matérias sobre racismo publicadas nos portais G1 e UOL em junho de 2023 classificadas por temas

Tema	G1	UOL
Internacional	3,51%	14,81%
Esporte	14,88%	16,67%
Política Nacional	8,5%	16,67%
Denúncias/ Desdobramentos Judiciais	52,72%	24,07%
Atitudes positivas	18,75%	27,77%
Ações de movimentos sociais	1,56%	0%

O alto número de matérias sobre racismo no esporte decorre do fato episódico de naquele mês ter ocorrido vários casos de racismo que envolveram o jogador brasileiro Vini Jr., na Espanha. Inclusive, optou-se por classificar essas matérias como “esporte” e não “internacional”. Mas destaca-se aqui que a maioria absoluta das matérias publicadas no portal G1 são de denúncias e seus desdobramentos judiciais, isto é, matérias que tratam de situações como: uma pessoa que foi discriminada racialmente em uma loja ou em uma repartição, a justiça sendo chamada etc. Bem ao estilo dos programas jornalísticos que tratam de ações policiais. No caso da UOL, a presença majoritária de matérias que foram classificadas como “ações positivas”, isto é, projetos desenvolvidos por ONGs e fundações, iniciativas de “letramento racial”, programas de “compliance” em empresas, entre outros.

Em contrapartida, as ações de movimentos sociais (incluindo o movimento negro) referentes ao combate ao racismo são praticamente ignoradas. No caso do portal G1, apenas 1,56%, e no UOL, zero!

⁵ A síntese das pesquisas apresentadas nesses congressos foi publicada em OLIVEIRA, D. O diverso como commodity: o gerenciamento das relações raciais pela mídia hegemônica. In: VIVIANI, Ana Elisa Antunes; DRIGO, Maria Ogecia. (orgs.). *Mídia, violência e alteridade*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2024. v. 1, p. 53-72.

A interpretação destes dados mostra que o aumento da cobertura de casos de racismo por parte do jornalismo brasileiro sinaliza para pensar o racismo como *comportamento disfuncional* e não expressão de uma *componente estrutural*. Ao passo em que o jornalismo aumenta a visibilidade destes casos de racismo, ele continua mantendo a mesma agenda econômica de defesa de interesses das classes hegemônicas, cuja reprodução da riqueza depende da manutenção da superexploração do trabalho.

É desta forma que o racismo, na esfera pública 4.0, sai da invisibilidade e se transforma em um dispositivo narrativo enquadrado na grelha do discurso do poder⁶. Uma estrutura que legitima a aparição de apresentadores e apresentadoras negras nos telejornais, como legitimação social das instituições paradigmáticas do poder simbólico. Isso se complementa com o enquadramento do discurso antirracista no viés da eticidade e deslocamento dos comportamentos preconceituosos como disfuncionais e a positividade da diferença como potencialidade de enfrentamento da sociedade da competição.

É por isto que, paralelamente à exclusão dos sujeitos coletivos do movimento negro que atuam na esfera pública política, há a divulgação das ações e iniciativas positivas retirando o racismo da dimensão estrutural e o colocando no contingente.

⁶ Para entender mais o conceito foucaultiano de grelha discursiva como dispositivo ver em FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

10 - Dispersão e apoteose

Diante destas reflexões, observa-se alguns tópicos para serem pensados e aprofundados.

- **Potência e empoderamento** - O conceito de potência e empoderamento ganha destaque na forma que o discurso jornalístico trata o tema da diversidade étnico-racial. Potência aparece como um reconhecimento de valor latente que pode se transformar em uma força cinética, desde que posta em determinado percurso. O empoderamento é, então, o processo político em que se transforma estes valores latentes (e não manifestos porque estão interditados por determinadas barreiras institucionais e/ou comportamentais) em ações potenciais.
- **Contingente e estruturante** - Diante disto, todas as barreiras que interditam o percurso do potente em empoderamento, embora possam ser contingentes, se deslocam como estruturantes. Assim, racismo estrutural se totaliza como conceito que explica todo e qualquer tipo de comportamento preconceituoso.
- **Legitimação midiática** - Os comportamentos preconceituosos deslocados como disfuncionais, nessa perspectiva, se transformam em fatos noticiáveis. Sendo assim, a mídia jornalística apresenta sua legitimidade como espaço para se debater o racismo, ocultando o aspecto estruturante dela de fazer parte de um arranjo institucional de uma modernidade excludente e eurocêntrica.

Assim, o que se coloca neste ensaio é a necessidade de se articular a reflexão sobre jornalismo, mídia e relações raciais dentro do pano de fundo das novas configurações sócio-políticas do capitalismo, dos dilemas da sociedade da inflação das informações e do esvaziamento da esfera pública política. Embora a agenda da representatividade tenha importância e seja ainda necessária, ela não é suficiente para entender como o racismo estrutural se articula com os dispositivos midiáticos. ■

[DENNIS DE OLIVEIRA]

Professor titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP). Coordenador do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC). Professor dos Programas de Pós Graduação em Integração na América Latina (PROLAM) e Mudança Social e Participação Política (ProMuSSP). Autor dos livros “Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica”(Editora Dandara, 2022); “Jornalismo e emancipação: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire” (Editora Appris, 2017). E-mail: dennisol@usp.br

Referências

AMIN, Samir. **Eurocentrismo**: crítica de uma ideologia. Cidade do México: Siglo XXI, 1989.

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual**: ensaio sobre as formações sociais no capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1973.

ANDRADE, Oswald. O manifesto antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro**: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

ARAUJO, Joel Zito. **A negação do Brasil**: o negro na telenovela brasileira. São Paulo: Editora Senac, 2019.

BOLTANSKY, Luc; CHIAPELO, Eve. **O novo espírito do capitalismo**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2020.

CARRANÇA, Flávio; BORGES, Rosane. (org.). **Espelho infiel**: o negro no jornalismo brasileiro. São Paulo: Imesp, 2004.

DEAN, Jodi. Capitalismo comunicativo e luta de classes. **Revista Lugar Comum**: estudos de mídia, cultura e democracia, n. 61, 2021.

DIEZ, Georg. "Habermas, the last european: a philosopher's mission to save EU". **Spiegel International**, 25 nov. 2011. Disponível em: <http://bit.ly/4iytCQH>. Acesso em: 8 mar. 2024.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo**: a colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Clacso, 2005.

ELINSON, Ronaldo. **O homem invisível**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal**. São Paulo: Boitempo, 2023.

FRASER, Nancy. **Justiça interrompida**: reflexões sobre a condição pós-socialista. São Paulo: Boitempo, 2022.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Global, 2006.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide:** para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Ortiz, 1987.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido:** fundamentos das ciências dos jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.

HABERMAS, Jürgen. “Nos limites do Estado”. **Folha de São Paulo**, 18 jul. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs18079905.htm>. Acesso em: 8 mar. 2025.

HABERMAS, Jürgen. **A mudança estrutural na esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Uma nova mudança estrutural na esfera pública e a política deliberativa.** São Paulo: Unesp, 2013.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica:** o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte, MG: Ayiné, 2018.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão.** São Paulo: Editora da Unesp, 2016.

MARCONDES FILHO, Ciro J. **A saga dos cães perdidos.** São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** Cidade do México: Edições Era, 1977.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia.** São Paulo: Boitempo, 2017.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2017.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural:** uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Dandara, 2021.

OLIVEIRA, Dennis de. “O diverso como commodity: o gerenciamento das relações raciais pela mídia hegemônica”. In: VIVIANI, Ana Elisa Antunes; DRIGO, Maria Ogecia. (Org.). **Mídia, violência e alteridade.** Curitiba: Appris, 2024. v. 1, p. 53-72.

OLIVEIRA, Dennis de; SOUZA, José A.; MORAES, Maria C.; CAIRES, Marília S. **Periferias insurgentes:** ações culturais de jovens nas periferias de São Paulo. São Paulo: IEA, 2021.

PEUCER, Tobias. **Relatos jornalísticos. Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 2, Florianópolis: UFSC, 2004.

QUIJANO, Anníbal. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Clacso, 2005.

ROBINSON, Cedric. **Marxismo negro:** a criação da tradição radical negra. São Paulo: Perspectiva, 2023.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho:** uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2013.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura:** a comunicação e seus produtos. Petrópolis: Vozes, 2010.

THOMPSON, John. B. **Mídia e modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.

WADE MILLS, Charles. **O contrato racial.** São Paulo: Cia. das Letras, 2023.

WADE MILLS, Charles. "O contrato de dominação". **Meritum**, v. 8, n. 2, Belo Horizonte: jul./dez. 2013, p. 15-70.